



BARATIERI
ADVOGADOS

JUNHO - 2021

INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA

POLICIAL CIVIL

O Informativo de jurisprudência produzido pela Baratieri Advogados, de periodicidade mensal, constitui-se em veículo de divulgação de decisões relevantes envolvendo os policiais civis.

Acompanhe as principais jurisprudências do TJSC, STJ e STF a respeito do tema.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (TJSC)

O GOVERNADOR DO ESTADO É A AUTORIDADE COMPETENTE PARA EXONERAR DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

MANDADO DE SEGURANÇA. NOMEAÇÃO DE DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL, SUB JUDICE (EDITAL N. 001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014). POSTERIOR REVOGAÇÃO DA MEDIDA LIMINAR. REPROVAÇÃO DO CANDIDATO. DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL QUE DETERMINOU A EFETIVAÇÃO DO IMPETRANTE. REVOGAÇÃO DO ATO PELO GOVERNADOR DO ESTADO E CONSEQUENTE EXONERAÇÃO DO DEMANDANTE. 1) ALEGAÇÃO DE QUE A COMPETÊNCIA PARA DECIDIR SOBRE A MANUTENÇÃO OU NÃO NO CARGO É DO DELEGADO-GERAL, TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA LCE N. 741/2019 E DECRETO N. 348/2019. REJEIÇÃO. COMPETÊNCIA DELEGADA PREVISTA SOMENTE PARA EXONERAÇÃO A PEDIDO. LEGALIDADE DO ATO DO GOVERNADOR. PLEITO DE ANULAÇÃO DE QUESTÃO DA PROVA DISCURSIVA QUE JÁ FOI OBJETO DE DEBATE NESTA CORTE. TESE DE VIOLAÇÃO À ISONOMIA QUE SÓ PODERIA SER TRATADA NAQUELE WRIT, SOB PENA DE OFENSA À COISA JULGADA. ORDEM DENEGADA. 2) AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO EM QUE FOI INDEFERIDA MEDIDA URGENTE. JULGAMENTO DO MÉRITO DO

MANDAMUS. PERDA DO OBJETO. (TJSC, Mandado de Segurança Cível (Órgão Especial) n. 5021308-66.2020.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Órgão Especial, j. 02-06-2021).

[Leia mais](#)

O REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO É DISPENSÁVEL QUANDO SE TRATA DE REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE

APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. AVENTADA NECESSIDADE DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. ENTENDIMENTO FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL NO RE N. 631.240/MG. HIPÓTESE DOS AUTOS QUE DISPENSA TAL PROVIDÊNCIA. INTERESSE PROCESSUAL CARACTERIZADO. SENTENÇA CASSADA. CAUSA MADURA PARA JULGAMENTO (ART. 1.013, § 3º, INCISO I, CPC). DELEGADO DE POLÍCIA. ÓBITO DO INSTITUIDOR DO BENEFÍCIO OCORRIDO ANTERIORMENTE AO ADVENTO DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS NS. 41/2003 E 47/2005. DIREITO À PARIDADE E À INTEGRALIDADE. SENTENÇA REFORMADA PARA CONCEDER A SEGURANÇA. RECURSO PROVIDO. (TJSC, Apelação n. 0308542-94.2015.8.24.0023, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Cid Goulart, Segunda Câmara de Direito Público, j. 18-05-2021).

[Leia mais](#)

COBRANÇA DE HORAS EXTRAS ANTES DO SUBSÍDIO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. POLICIAIS CIVIS. CONDENAÇÃO DO ESTADO AO PAGAMENTO DO PERÍODO LABORADO ACIMA DAS 40 HORAS EXTRAORDINÁRIAS MENSAS. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE ACOLHEU A IRRESIGNAÇÃO OPOSTA PELO EMBARGANTE. INSURGÊNCIA DOS EXEQUENTES.

ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA. ROGO PARA EFETIVAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL. ASSERÇÃO IMPROFÍCUA. PLANILHAS DE CÁLCULO DEVIDAMENTE APRESENTADAS PELO ESTADO. “[...] o juiz é o destinatário do acervo probatório e lhe incumbe apreciá-lo livre e motivadamente [...] o cerceamento de defesa não se configura se as provas acostadas são suficientes à formação do convencimento judicial e à solução da causa. (Des. Jairo Fernandes Gonçalves)” (TJSC, Apelação Cível n. 0008837-98.2014.8.24.0005, de Balneário Camboriú, rela. Desa. Sônia Maria Schmitz, Quarta Câmara de Direito Público, j. em 03/09/2020). PRETEXTADA COMO INVIÁVEL A COMPENSAÇÃO DOS VALORES PAGOS A MAIOR NOS MESES EM QUE OS SERVIDORES NÃO ATINGIRAM AS 40 HORAS PERCEBIDAS A TÍTULO DE ESTÍMULO OPERACIONAL. ARGUMENTAÇÃO IMPERTINENTE. PROPOSIÇÃO MALOGRADA. PRECEDENTES. “[...] deve ser autorizada a compensação dos valores pagos a maior ao autor nos meses em que ele não atingiu executar todas as 40 horas extraordinárias mensais definidas pela lei a título de ‘indenização de estímulo operacional’ (Des. Jaime Ramos)” (TJSC, Apelação Cível n. 300290-82.2015.8. 24.0159, de Armazém, rel. Des. Júlio César Knoll, Terceira Câmara de Direito Público, j. em 12/05/2020) [...] (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4024577-67.2019.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Luiz Fernando Boller, Primeira Câmara de Direito Público, j. 20-04-2021).

Leia mais



SERVIDORES VINCULADOS A REGIMES PRÓPRIOS ESTÃO EXCLUÍDOS DA QUALIDADE DE SEGURADOS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

APELAÇÃO CÍVEL. AUXÍLIO-ACIDENTE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DO AUTOR. AUXÍLIO-DOENÇA PERCEBIDO ATÉ 1996. ACIONANTE QUE É POLICIAL CIVIL DESDE 2007. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO DO RGPS (ART. 12 DA LEI 8.213/91). DECADÊNCIA DO DIREITO AO BENEFÍCIO INDENIZATÓRIO DESDE ENTÃO (ART. 102 DA LEI 8.213/91). INEXISTÊNCIA, ADEMAIS, DE DIREITO AO HIPOTÉTICO SALDO RETROATIVO. AÇÃO PROPOSTA EM 2014. DECURSO DO LUSTRO PRESCRICIONAL (ART. 103, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 8.213/91). IMPROCEDÊNCIA MANTIDA POR RAZÃO DIVERSA. RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Apelação n. 0001235-57.2014.8.24.0037, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Vilson Fontana, Quinta Câmara de Direito Público, j. 25-05-2021).

Leia mais



BARATIERY
ADVOGADOS

PENSÃO POR MORTE COM PARIDADE

AGRAVO INTERNO (ART. 1.021 DO CPC/15) EM APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO POR MORTE. POLICIAL CIVIL. SENTENÇA QUE DENEGOU A SEGURANÇA. DECISÃO UNIPESSOAL QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. IRRESIGNAÇÃO DA AUTORA. PARIDADE DOS PROVENTOS DE PENSÃO COM OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE. SUBSISTÊNCIA. TEMA 396 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INAPLICABILIDADE. INSTITUIDOR DA PENSÃO FALECIDO APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 41/03, ENQUANTO AINDA ESTAVA NA ATIVA. DIREITO À PARIDADE QUE DEVE OBSERVAR AS REGRAS ESPECIAIS PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 343/2006. TRINTA ANOS DE CONTRIBUIÇÃO E VINTE DE EXERCÍCIO EM QUALQUER ATIVIDADE DA CARREIRA. REQUISITOS PREENCHIDOS. DECISUM REFORMADO PARA CONCEDER A SEGURANÇA. “A questão jurídica decidida no julgamento do RE n. 603.580/RJ (Tema 396) não repercute no caso em comento, pois o instituidor da pensão encontrava-se em atividade na data do seu falecimento. Ademais, a hipótese envolve policial civil como instituidor da pensão por morte, e as regras de transição previstas no artigo 3º da EC n. 47/2005 referem-se aos servidores públicos civis em geral, que se aposentam pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição da República. Desse modo, para fins de paridade dos proventos de pensão com a remuneração dos servidores em atividade, deve-se levar em consideração as regras especiais previstas na Lei Complementar Estadual n. 343/2006, segundo as quais, o policial civil pode se aposentar voluntariamente com proventos integrais desde que comprove 30 (trinta) anos de contribuição e 20 (vinte) anos de exercício em qualquer atividade da carreira.” (TJSC, Apelação Cível n. 0325994-20.2015.8.24.0023, Segunda Câmara de Direito Público, Rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz. Data do julgamento: 17.10.2017). RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJSC, Apelação n. 0303802-59.2016.8.24.0023, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Bettina Maria Maresch de Moura, Quarta Câmara de Direito Público, j. 29-04-2021).

[Leia mais](#)

DAR CAUSA À INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA PRELIMINAR DE CRIME QUE SABE SER FALSO GERA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM FAVOR DE DELEGADO DE POLÍCIA

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DO REQUERIDO. 1. DANO MORAL. CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE IMPUTADO A DELEGADO DE POLÍCIA. INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA PRELIMINAR, A QUAL RESTOU ARQUIVADA. CONCLUSÃO DE QUE O SINDICADO NÃO EXACERBOU A SUA COMPETÊNCIA FUNCIONAL. SITUAÇÃO QUE, POR SI SÓ, NÃO É SUSCETÍVEL DE ACARRETAR PREJUÍZO INDENIZÁVEL. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA MÁ-FÉ. PRECEDENTES. 1.1. ATO ILÍCITO PERPETRADO PELO RÉU EVIDENCIADO. IMPUTAÇÃO DE CRIME QUE, SABIDAMENTE, ERA FALSO. DISTORÇÃO DOS FATOS. NÍTIDA PRETENSÃO DE PREJUDICAR O AGENTE PÚBLICO POR SUA ATUAÇÃO. MÁ-FÉ CONFIGURADA. 1.2. REGISTRO DE OCORRÊNCIA POLICIAL QUE CULMINOU NA INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA EM DESFAVOR DESTE. SITUAÇÃO QUE ACARRETOU INCONTESTÁVEL ABALO ANÍMICO, PORQUANTO, ALÉM DE REFLETIR DIRETAMENTE NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DO SERVIDOR PÚBLICO, ATINGIU O SEU DESEMPENHO PROFISSIONAL. DEVER DE INDENIZAR MANTIDO. 2. PROPALADA A MINORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. TESE ACOLHIDA. QUANTIA QUE DEVE SER REDUZIDA DE R\$40.000,00 PARA R\$20.000,00, EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 3. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSC, Apelação n. 0503677-30.2013.8.24.0018, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Raulino Jacó Bruning, Primeira Câmara de Direito Civil, j. 13-05-2021).

[Leia mais](#)



O ESTADO RESPONDE POR PRISÃO INDEVIDA REALIZADA POR AUTORIDADE POLICIAL

APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRISÃO EM FLAGRANTE. ATRIBUIÇÃO FALSA DO NOME DO AUTOR, IRMÃO DO MELIANTE PRESO DURANTE A

PRÁTICA DO ATO DELITIVO. POSTERIOR INDEVIDO ENCARCERAMENTO DO AUTOR APELADO DURANTE 5 (CINCO) DIAS. VEREDICTO DE PARCIAL PROCEDÊNCIA, CONDENANDO O ENTE PÚBLICO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$ 10 MIL, À TÍTULO DE INDENIZAÇÃO PELO ABALO ANÍMICO INFLIGIDO. INSURGÊNCIA DO ESTADO. ROGO PARA ABDUZIR A CONDENAÇÃO, ANTE A INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO, NEXO CAUSAL E CULPA. ASSERÇÃO IMPROFÍCUA. “[...] a prisão indevida, seja qual for, ainda que não se subsuma com perfeição à hipótese enunciada naquele inciso (art. 5º, inc. LXXV, CF), enseja reparação, pois expressão maior de desídia e do comportamento açodado ou prepotente da autoridade, que se consubstancia em atuar culposo. O Código Civil previu a reparação por ofensa à liberdade pessoal no caput do art. 954 e no parágrafo único apontou as hipóteses de ofensa a essa liberdade: I) cárcere privado; II) prisão por queixa ou denúncia falsa e de má-fé, e III) prisão ilegal [...] Há inúmeras hipóteses de prisão indevida por abuso de autoridade por parte da autoridade policial, sem que a vítima venha a ser objeto de investigação ou ação penal. Também nesses casos, impõe-se a responsabilização do Estado, posto que o abuso do direito, como o abuso do poder, dão ensejo à responsabilização do Estado [...]” (STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil. Doutrina e Jurisprudência. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, fls. 1.065/1.067). [...] (TJSC, Apelação n. 0300712-24.2018.8.24.0039, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Luiz Fernando Boller, Primeira Câmara de Direito Público, j. 11-05-2021).

Leia mais



A BASE DE CÁLCULO PARA INDENIZAÇÃO PELA DEMORA INJUSTIFICADA NA APRECIÇÃO DO REQUERIMENTO DE APOSENTADORIA DEVE SER O VALOR DA REMUNERAÇÃO LÍQUIDA RECEBIDA À ÉPOCA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL (POLÍCIA CIVIL). INDENIZAÇÃO PELA DEMORA INJUSTIFICADA NA APRECIÇÃO DO REQUERIMENTO DE APOSENTADORIA. INSURGÊNCIAS DO IPREV E DO ESTADO. PERÍODO DE ANÁLISE DO PLEITO DIVIDIDO ENTRE AMBOS OS RÉUS. QUESTÃO AVALIADA PELO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO DESTA CORTE. LEGITIMIDADE PASSIVA DE AMBOS DEMONSTRADA.



BARATTIERI
ADVOGADOS

PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. OBJETO DA DEMANDA QUE NÃO APRESENTA CARÁTER DE TRATO SUCESSIVO. TEORIA DA ACTIO NATA. AÇÃO AJUIZADA ANTES DO TÉRMINO DO PRAZO PRESCRICIONAL DE 5 ANOS. PRECEDENTES DO STJ. MÉRITO. APOSENTAÇÃO REQUERIDA ANTES DA VIGÊNCIA DA LCE N. 470/09. DEMORA DE MAIS DE 1 ANO NA ANÁLISE DO PEDIDO. DEVER DE INDENIZAR, CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ. RECLAMOS DESPROVIDOS. INSURGÊNCIA DO AUTOR. PLEITO PARA QUE SEJA MANTIDO NA CONDENAÇÃO O PERÍODO EM QUE ESTEVE AFASTADO A TÍTULO DE LICENÇA-PRÊMIO E FÉRIAS. INVIABILIDADE. NECESSÁRIA ALTERAÇÃO, CONTUDO, QUANTO À BASE DE CÁLCULO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, QUE DEVERÁ SER O VALOR DA REMUNERAÇÃO LÍQUIDA RECEBIDA À ÉPOCA. PARCIAL ACOLHIMENTO DO RECLAMO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA REFORMADA EM PARTE. APELAÇÕES DOS RÉUS E REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDAS E DEPROVIDAS. APELAÇÃO DO AUTOR CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. REFORMA, DE OFÍCIO, QUANTO AOS CONSECUTÓRIOS LEGAIS. (TJSC, Apelação / Remessa Necessária n. 0807298-44.2013.8.24.0023, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, Segunda Câmara de Direito Público, j. 08-06-2021).

[Leia mais](#)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

LAUDO PERICIAL PODE SER CONFECCIONADO POR POLICIAL CIVIL NOMEADO POR AUTORIDADE COMPETENTE, DESDE QUE POSSUA CURSO SUPERIOR

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. FURTO QUALIFICADO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 155, § 4º, I, DO CP, E 158 DO CPP. DESTRUIÇÃO OU ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO À SUBTRAÇÃO DA COISA. CRIME QUE DEIXA VESTÍGIO. DECOTE DA QUALIFICADORA. PERÍCIA REALIZADA. NÃO COMPROVAÇÃO DA ESCOLARIDADE DOS PERITOS NOMEADOS. NÃO INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. CRIME QUE DEIXA VESTÍGIO. RETORNO DOS AUTOS PARA NOVA DOSIMETRIA. 1. Embora a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não vede a confecção de laudo pericial por policiais civis devidamente nomeados pela autoridade competente, tem-se que necessária a comprovação de que os referidos peritos ostentem curso superior. 2. Não diviso a presença do óbice constante da Súmula 7/STJ, porquanto, da leitura dos autos, notadamente do auto de constatação de fls. 50/55, não foi identificado o preenchimento de tal requisito, o que impõe o decote da qualificadora de rompimento de obstáculo. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AgRg no REsp 1885749/MS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 11/05/2021, DJe 17/05/2021).

[Leia mais](#)



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

AGENTES DE NECROTOMIA, PAPILOSCOPISTAS E PERITOS OFICIAIS PODEM SER CONSIDERADOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. LEGISLAÇÃO QUE CONSIDERA AGENTES DE NECROTOMIA, PAPILOSCOPISTAS E PERITOS OFICIAIS COMO SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO TOCANTINS, E QUE DISCIPLINA ATRIBUIÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO. NATUREZA REGULAMENTAR DO DECRETO Nº 5.979/2019. CONHECIMENTO DA AÇÃO DIRETA. COMPREENSÃO CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA DO ROL CONTIDO NO ARTIGO 144 DA CRFB/88. AUTONOMIA DA POLÍCIA CIENTÍFICA. POSSIBILIDADE DE O ENTE FEDERADO CRIAR SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA CIENTÍFICA NÃO SUBORDINADA À POLÍCIA CIVIL. AÇÃO DIRETA JULGADA IMPROCEDENTE. 1. A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária apresenta-se como entidade apta a, nos termos do art. 103, IX da CRFB/88, ajuizar ação direta de inconstitucionalidade que questiona desenho institucional da segurança pública com possíveis reflexos sobre a atuação de Delegados da Polícia Civil. 2. A despeito da consolidada jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal sobre a impossibilidade de conhecer, em ação direta, da incompatibilidade entre decretos secundários e a legislação ordinária, o Decreto nº 5.979/2019, do Estado do Tocantins, revela suficiente generalidade, abstração e independência normativa para permitir a fiscalização abstrata de sua constitucionalidade. 3. A tradicional compreensão sobre a taxatividade do rol do art. 144 da Constituição da República cedeu lugar a interpretação menos restritiva, permitindo aos entes federativos criarem polícias científicas autônomas que, do ponto de vista da organização administrativa, não estejam vinculadas à Polícia Civil. 4. Não ofende a Constituição da República legislação estadual que considera agentes de necrotomia, papiloscopistas e peritos oficiais como servidores da polícia civil de Estado-membro, remetendo o poder de controle e supervisão exercido sobre eles a Superintendência de Polícia Científica. 5. Ação direta julgada improcedente. (ADI 6621, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 08/06/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-122 DIVULG 23-06-2021 PUBLIC 24-06-2021).

[Leia mais](#)



BARATIERI

ADVOGADOS

NOEL ANTÔNIO BARATIERI

OAB/SC 16.462

MAICON JOSÉ ANTUNES

OAB/SC 39.011

LUIZ FÁBIO TAVARES DE JESUS

OAB/SC 41.029

RICARDO BURATTO

OAB/SC 40.963

JUSTINIANO PEDROSO

OAB/SC 4.545

NATÁLIA CASAGRANDE DA SILVA

OAB/SC 61.131